

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS EM RIO GRANDE - 1876

*Raphael Copstein*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 1: 1-20, maio, 1974.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38601/25595>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 1974

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDAS EM RIO GRANDE - 1876 \*

Raphael Copstein  
Professor Adjunto  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS-UFRGS

*INTRODUÇÃO* - Cada um dos múltiplos aspectos apresentados por uma cidade e traduzidos em sua organização espacial, independentemente do tempo, constituem para o geógrafo razão de interesse e motivo de pesquisa.

Dedicando-nos, há alguns anos, a estudar Rio Grande, se nos antepôs, em certo momento, o problema da existência ou não, no passado, de alguma forma de zoneamento urbano. A Cidade Marítima já possuía plano diretor desde 1835 <sup>(1)</sup>, mas inexistiam normas gerais de organização funcional de paisagens urbanas apesar da Câmara Municipal se interessar pela localização de inúmeras atividades.

Enquanto pesquisávamos outros elementos no rico acervo que constitui o Arquivo Municipal da Cidade, encontramos um livro de registros de eleitores contendo dados que não só permitiram estudar o aspecto citado, mas levaram também a estabelecer outras hipóteses como a do desequilíbrio da distribuição de rendas, tanto na área urbana como na rural, e a pouca importância do absentismo na Paróquia.

*AS FONTES E O MÉTODO* - A datação da fonte, 1876, marca o tempo a que se refere o presente trabalho. Corresponde o livro referido à exigência legal <sup>(2)</sup> como se observa no termo de abertura: "Hade este livro servir para n'elle as juntas parochiais desta cidade lançarem as listas gerais de que falla o artigo 26 das Inst. Regulamentares que baixarão com o Decreto nº 6097 de 12 de Janeiro do corrente ano para a execução do Dec. nº 2675 de 20 de Outubro

---

\* O autor tem a satisfação de agradecer ao Sr. Adalmiro Rodrigues, responsável pelo Arquivo Municipal de Rio Grande pela colaboração prestada e às Srtas. Irene Rodrigues dos Santos e Ieda Zenker, funcionárias do Depto de Geografia, por terem revistos e datilografado o presente trabalho.

<sup>1</sup> COPSTEIN, R. - O primeiro plano de urbanização da vila de Rio Grande. Caderno de Sábado, Correio do Povo, Porto Alegre, 29/1/72, pp 14/15

<sup>2</sup> O Decreto 2675, de 20/10/1875, reformou a legislação eleitoral vigente até então.

do ano passado nos termos dos artigos 34 e 39 das mesmas instruções, e leva no fim o competente termo de encerramento. Rio Grande 1 de Fevereiro de 1876. O Presidente da Camara José Antônio da Rosa."

Assim os cidadãos relacionados no dito livro são os que, dentre a população da Paróquia, vieram corresponder às exigências das Instruções Regulamentares.

A lista geral dos cidadãos aptos a votar era organizada pela Junta Paroquial <sup>(3)</sup>. O eleitor deveria ter vários requisitos. Somente eram qualificadas pessoas do sexo masculino com, pelo menos, 25 anos de idade, mas os casados e os oficiais militares só necessitavam ter mais de 21 anos, assim como os "bacharéis formados e clérigos de ordens sacras" <sup>(4)</sup>. Nas profissões englobadas como "criados de servir", eram eleitores os guarda-livros, os primeiros caixeiros, os criados da Casa Imperial "que não forem de galão branco" e os administradores de fazendas rurais e fábricas <sup>(5)</sup>. Era exigência do artigo 28 ter o eleitor uma renda anual mínima de duzentos mil réis. Também estava previsto, no artigo 27, a forma de organização da lista. Esta conteria, além do nome do cidadão, em ordem alfabética por quarteirão e mais sua idade, estado civil, profissão, alfabetização, filiação e renda provada ou presumida. Infelizmente, a fonte esqueceu um dado importante para nós, deixou de registrar a distribuição dos eleitores por quarteirão e, também, não anotou o número das respectivas residências. Dentre as várias qualificações eleitorais registradas, escolhemos a referente a 1876 por ser a que abre o Livro de Eleitores.

O aproveitamento do conteúdo do Livro de Eleitores exigiu uma organização adequada aos fins que tínhamos em vista. Optamos, inicialmente, pela passagem de seus elementos para uma ficha. Esta facilitou as diversas operações de tabulação, permitindo, assim, organizar as tabelas e cartogramas necessários à comprovação, ou não, das hipóteses levantadas.

A inexistência de elementos individualizadores nos quarteirões como previa a lei, levou-nos a optar por índices de concentração espacial que atingiram o objetivo visado.

As relações profissão-espaco, espaco-renda, renda-profissão, alicerçaram, tanto no âmbito urbano como no rural, as análises e a síntese final.

Deixamos de aproveitar dados referentes à idade pela sua pouca representatividade, pois os mesmos abrangiam apenas o sexo masculino. Não fizemos a relação idade-renda. Também, não utilizamos os dados relativos ao estado civil e alfabetização por não serem pertinentes ao que se tinha em vista.

Devemos, também, destacar que, na população ativa, foi impossível classificar os setores profissionais registrados como "trabalhadores". Obviamente, designação de mister tão genérico impediu sua distribuição e justificou, quando necessário, incluí-los em "outros".

---

<sup>3</sup> Art. 26 das Instruções

<sup>4</sup> Idem, parágrafo 2º, nº 1

<sup>5</sup> Idem, idem nº 3

ÁREA DE ESTUDO - Nas arenosas terras quaternárias do litoral gaúcho, à margem sul do canal do mesmo nome, no último quartel do século passado, a movimentada cidade de Rio Grande representava a grande ligação provincial com o exterior.

A Paróquia de São Pedro do Rio Grande incluía, além do espaço urbano, os distritos de Mangueira, Carreiros e Ilha dos Marinheiros.

Não encontramos dados demográficos satisfatórios para o ano da nossa fonte. O censo de 1872 <sup>(6)</sup> não diferencia, dentro da Freguesia, a população urbana. Atribui à Paróquia 2.226 fogos e 16.883 pessoas, entre livres e escravas. Em documentação estatística encontrada no Arquivo Municipal e datada de 1868 <sup>(7)</sup>, inferimos ter a cidade 13.000 almas e São Pedro do Rio Grande e seus "Districtos", 508 estabelecimentos dos quais, ao comércio, correspondiam 51,96 %, aos serviços, 25,39 % e, ao setor secundário, 22,63 %. Essa fonte apresenta, como ativas, 1.308 pessoas, das quais 64,83 % dedicavam-se ao comércio. No contingente citado, não foram incluídos os funcionários civis e militares e nem os profissionais liberais. Para a finalidade deste estudo, considerou-se como área urbana a superfície que, ao norte, margeava o Canal da Barca e, ao sul, terminava nos pântanos existentes entre a atual Rua Barão de Cotegipe e Vice-Almirante Abreu. Pelo nascente, a cidade via-se, na época, contida pelo baixios da Macega. No outro extremo, a rua das Trincheiras (Moron) marcava o fim do aspecto urbanizado <sup>(8)</sup>.

A planta traçada e litografada de Carlos Emil, de 1860, representa o que foi considerado citadino.

No ano de 1876, registraram-se na Paróquia de São Pedro do Rio Grande 1.091 eleitores. Destes, residiam, na área acima delimitada, 968, ou seja, 88,72 % do total.

DISTRIBUIÇÃO GERAL DA RENDA - A pesquisa de Pareto, sobre a distribuição de renda baseada em estatísticas de inúmeros países e de diversas épocas <sup>(9)</sup>, levaram-no a propor a lei geral de repartição que tem o seu nome. "A renda social se distribui sempre entre indivíduos de acordo com certo padrão universalmente similar: grande número de indivíduos percebe rendimentos abaixo do nível mé-

---

<sup>6</sup> Fala com que o Exmo. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, Presidente da Província Abriu a 1ª Sessão da 15ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial. Tip. do "Constitucional". Porto Alegre, 1873.

<sup>7</sup> "Statistica Geographica e Civil da Freguesia da Cidade de Rio Grande Compreendendo os Dous Districtos da Mangueira, Carreiros e Ilha dos Marinheiros" (1868).

<sup>8</sup> Fora dos limites citados existia o loteamento da "Cidade Nova".

<sup>9</sup> LANGE, Oskar - Introdução à Econometria. Editora Fundo de Cultura 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1967. p. 159.

dio geral, enquanto pequeno número localiza-se nos escalões superiores, percebendo rendimentos acentuadamente acima da média" (10).

Querendo verificar o comportamento da lei, em uma comunidade sui-generis, dentro de uma economia monoprodutora do século XIX - "a cidade empório" e a "província pecuária por excelência" - passamos a estudar os dados sobre a renda dos eleitores de Rio Grande, obtendo os resultados que, adiante, podem ser verificados.

Antes de iniciar a análise, cremos ser útil dizer algo sobre o valor do limite inferior de renda que concedia ao indivíduo o exercício de um dos direitos característicos de cidadania. Comparar o poder aquisitivo de duzentos mil réis, em 1876, com quantia correspondente nos dias que correm, é tarefa difícil. Para termos idéia do que ela, então, representava, não custa lembrar que uma moeda de dois mil réis, cunhada nos tempos do Império, pesava 25,500 g, sendo que de prata pura continha 23,383 g (11). Ainda, sobre o assunto, podemos nos valer da informação do Prof. Dante de Laytano (12), referente a preços da Comissão de Tabelamento de Rio Pardo, em 1873. Na relação que apresenta, encontramos os seguintes valores: milho amarelo, saco - 3.500, 3.100, 2.700; milho branco, saco - 2.500, 2.400, 2.200; feijão preto, saco - 7.500, 7.000, 6.000; lentilha, saco - 8.000, 7.000, 6.400; ervilha verde, saco - 9.000, 8.400, 8.000; ervilha branca, saco - 5.000, 4.800, 4.500; farinha de mandioca, saco - 3.200, 3.000, 2.800; farinha de centeio, saco - 6.000, 5.600, 5.200; farinha de milho, saco - 3.200, 3.000, 2.800; polvilho, saco - 9.000, 8.400, 8.000; batatas, saco - 5.000, 4.500, 4.000; banha, arroba - 7.000, 4.000; manteiga, quilo - 1.000, 800, 640; toucinho, arroba - 5.000, 4.800, 4.500; erva-mate, arroba - 3.000, 2.800, 2.500 (13).

As rendas apuradas, em 1876, variavam entre o mínimo exigido legalmente para ser eleitor e o máximo de vinte contos de réis.

A organização destes dados, em intervalos de classes constantes (Tabela 1), ressalta diferenças marcantes. A disparidade, entre aqueles que se situam na 1ª classe - 200\$000/2:000\$000 e o restante, é característica na distribuição dos rendimentos dos eleitores rio-grandinos. Incluem-se, ali, 2/3 do efetivo pesquisado e, se a ele juntarmos o intervalo que se segue, teremos englobado 88,34 % da população em estudo. A renda média, calculada, correspondeu a dois contos cento e noventa e seis mil, trezentos e oitenta réis.

10 ROSSETTI, José Paschoal - Introdução à Economia. Editora Atlas 2ª Ed. São Paulo, 1970. p. 334.

11 "Lei nº 1817, de 3/9/1870-Art.29." in Anuário da Província do Rio Grande do Sul, publicado por Graciano A. de Azambuja, Gundlach & Cia. Livreiros. Porto Alegre, 1886.

12 LAYTANO, Dante - A Cidade e o Comércio. Separata dos Anais da Faculdade Católica de Filosofia. Livraria Continente. Porto Alegre, 1948. p. 223.

13 Os preços são dados em moeda da época, o mil réis. O autor eliminou de cada preço o cifrão, entre o 1º e o 2º algarismo. As três cifras, citadas ao lado de cada produto, referem-se a preços máximo, médio e mínimo.

Tabela 1

Distribuição da Renda dos Eleitores da Cidade de  
Rio Grande, em 1876

CLASSES DE RENDA	FREQUÊNCIA DE ELEITORES	PROPORÇÃO DE ELEITORES %	FREQUÊNCIA ACUMULADA DE ELEITORES	PROPORÇÃO ACUMULADA DE ELEITORES %
200\$000 ← 2:000\$000	643	66,49	643	66,49
2:000\$000 ← 3:800\$000	211	21,82	854	88,31
3:800\$000 ← 5:600\$000	50	5,17	904	93,48
5:600\$000 ← 7:400\$000	23	2,37	927	95,85
7:400\$000 ← 9:200\$000	22	2,27	949	98,12
9:200\$000 ← 11:000\$000	5	0,51	954	98,63
11:000\$000 ← 12:800\$000	8	0,82	962	99,45
12:800\$000 ← 14:600\$000	1	0,10	963	99,55
14:600\$000 ← 16:400\$000	1	0,10	964	99,65
16:400\$000 ← 18:200\$000	-	-	964	99,65
18:200\$000 ← 20:000\$000	-	-	964	99,65
20:000\$000 ← 21:800\$000	3	0,31	967	99,96
TOTAL	967	99,96		

Este valor não deixa de ser uma ficção, comparado com a realidade; abaixo dele, situam-se a maior parte das rendas. Dada a importância que no conjunto apresentaram as duas primeiras classes, achamos oportuno e de interesse decompô-las em uma nova tabela de frequência, com intervalos menores. A razão da minudência foi verificar naquelas classes a forma de partição da receita. A Tabela 2 (14) ressalta a importância do módulo seiscentos mil réis/hum conto de réis que compreende a maior aglomeração de receitas e, juntamente com o que o antecede, acumula 41,52 % dos eleitores. Dentro da 2ª classe encontra-se a moda. Esta, calculada segundo a fórmula de King, resultou em setecentos e noventa e nove mil réis.

Distribuindo as séries estudadas em quartis, ao primeiro correspondeu a importância de setecentos e nove mil réis, a mediana a hum mil, cento e oitenta e dois mil réis e, ao terceiro quartil, dois contos e cinqüenta e dois mil réis. As diferenças entre os quartis e a mediana, respectivamente, quatrocentos e setenta e três mil réis e oitocentos e setenta mil réis confirmam a assimetria existente.

A fim de saber o comportamento da distribuição de rendas, foi construído o diagrama de Lorenz (Gráfico). A curva de distribui-

<sup>14</sup> Esta tabela não detalha exatamente as duas primeiras classes da anterior. O segundo intervalo, na tabela 1, tem como limite três contos e oitocentos mil réis, enquanto que, a última classe da tabela 2 inclui rendas iguais e superiores a três contos e quatrocentos mil réis.

Tabela 2

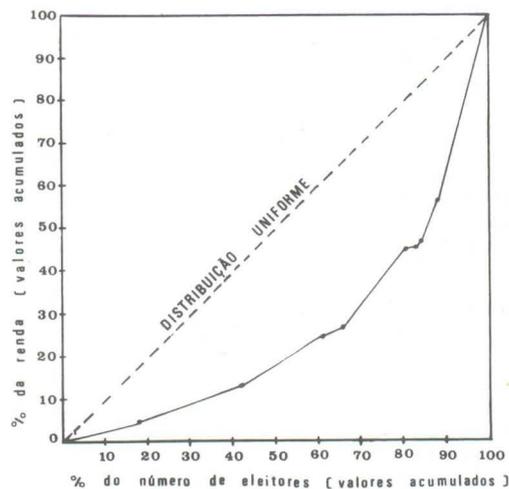
Detalhamento da Distribuição de Renda no Grupo de  
200\$000 a 3:400\$000, na Cidade de Rio Grande em 1876

CLASSES DE RENDA	FREQUÊNCIA DE ELEITORES	PROPORÇÃO DE ELEITORES DE %	FREQUÊNCIA ACUMULADA DE ELEITORES	PROPORÇÃO ACUMULADA DE ELEITORES %
200\$000 — 600\$000	182	18,80	182	18,80
600\$000 — 1:000\$000	220	22,72	402	41,52
1:000\$000 — 1:400\$000	181	18,69	583	60,21
1:400\$000 — 1:800\$000	44	4,54	627	64,75
1:800\$000 — 2:200\$000	157	16,21	784	80,96
2:200\$000 — 2:600\$000	13	1,34	797	82,30
2:600\$000 — 3:000\$000	1	0,10	798	82,40
3:000\$000 — 3:400\$000	54	5,57	852	87,97
[3:400\$000; 20:000\$000]	116	11,98	968	99,95
TOTAL	968	99,95		

ção, cotejada com a reta de equidistribuição (que representa teoricamente uma distribuição perfeita de renda), mostra grande desigualdade na repartição dos rendimentos. No gráfico visualiza-se claramente que a 50 % dos eleitores cabem apenas cerca de 15 % da receita total ou que 80 % deles recebem somente 45 % dos rendimentos.

GRÁFICO

CURVA DE LORENZ



O montante da renda anual auferida pelos privilegiados 968 rio-grandinos da cidade, no último quartel do século passado, atingiu a mais de mil e seiscentos contos de réis (Tabela 3). A distribuição setorial é bastante desproporcional. O primário é pobre tanto em número como em renda - 2,06 e 1,17 % do total, respectivamente. O setor secundário apresenta certa expressividade quanto à porcentagem de seus membros, 10,84 % do contingente, mas percebe menos de 5 % da renda. O terciário avulta com mais de 70 %, tanto do pessoal como da receita.

Tabela 3

Eleitores da Cidade de Rio Grande, em 1876 segundo os setores de atividade e a renda

SETOR DE ATIVIDADE	FREQUÊNCIA DE ELEITORES	PROPORÇÃO DE ELEITORES %	RENDA TOTAL	PROPORÇÃO DA RENDA %
Primário	20	2,06	19:800\$000	1,17
Secundário	105	10,84	82:850\$000	4,91
Terciário	694	71,69	1218:760\$000	72,23
Outros	149	15,39	365:850\$000	21,68
TOTAL	968	99,98	1687:260\$000	99,99

As tabelas de números 4, 5 e 6 permitiram-nos analisar o conteúdo de cada um dos vários setores. O primário concentra, na primeira classe de renda (200\$000/600\$000), 45 % do seu efetivo. Cooperam os pescadores com mais da metade deste total. No entanto os pescadores correspondem a 30 % do conjunto que agrega, também, sob classificação genérica de atividade rural, todos os que trabalham em agropecuária. Estes, por sua vez, espalham-se em mais de 90 % nos cinco primeiros módulos. O primário não representou no passado, quanto à renda, importância maior na cidade.

Os formadores do secundário, em número de 105, têm, em alta proporção, suas rendas localizadas nas duas primeiras classes (Tabela 5). Aí se concentra, praticamente, 80 % do total. Os componentes do setor foram agrupados em artífices e industriários. Apesar da escassa diferença de renda, a distinção justifica-se pela existência ou não de autonomia na realização dos trabalhos peculiares a cada um.

Já se ressaltou a importância do setor terciário que, não só, é responsável por grande parte da renda, mas também avulta pelo número. Entre os três setores, este é o que menor percentagem de membros distribuiu na primeira classe; 80 % deles ganham menos de ... 2:200\$000, anualmente (Tabela 6).

Dada a diversidade de componentes do setor, escolhemos os dois agrupamentos mais significativos no que se refere ao número, o pri-

Tabela 4

Distribuição dos Eleitores Ocupados no Setor Primário, por Classe de Renda, na Cidade de Rio Grande, em 1876

CLASSES DE RENDA	SETOR PRIMÁRIO		PESCADORES		AGRICULTORES	
	FREQUÊNCIA DE ELEITORES	PROPORÇÃO DE ELEITORES %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %
200\$000 ← 600\$000	9	45,00	5	83,33	4	28,57
600\$000 ← 1:000\$000	3	15,00	1	11,67	2	14,28
1:000\$000 ← 1:400\$000	4	20,00	-	-	4	28,57
1:400\$000 ← 1:800\$000	1	5,00	-	-	1	7,14
1:800\$000 ← 2:200\$000	2	10,00	-	-	2	14,28
2:200\$000 ← 2:600\$000	-	-	-	-	-	-
2:600\$000 ← 3:000\$000	-	-	-	-	-	-
3:000\$000 ← 3:400\$000	-	-	-	-	-	-
[3:400\$000; 20:000\$000]	1	5,00	-	-	1	7,14
TOTAL	20	100,00	6	100,00	14	99,98

Tabela 5

Distribuição dos Eleitores Ocupados no Setor Secundário, por Classe de Renda, na Cidade de Rio Grande, em 1876

CLASSES DE RENDA	ELEITORES DO SETOR SECUNDÁRIO		ARTESÃO		INDUSTRIÁRIO	
	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %
200\$000 ← 600\$000	33	31,42	17	27,41	16	37,20
600\$000 ← 1:000\$000	51	48,57	34	54,83	17	39,53
1:000\$000 ← 1:400\$000	14	13,33	7	11,29	7	16,27
1:400\$000 ← 1:800\$000	1	0,95	-	-	1	2,32
1:800\$000 ← 2:200\$000	2	1,90	2	3,22	-	-
2:200\$000 ← 2:600\$000	1	0,95	-	-	1	2,32
2:600\$000 ← 3:000\$000	-	-	-	-	-	-
3:000\$000 ← 3:400\$000	3	2,85	2	3,22	1	2,32
[3:400\$000; 20:000\$000]	-	-	-	-	-	-
TOTAL	105	99,97	62	99,97	43	99,96

Tabela 6

Distribuição dos Eleitores Ocupados no Setor Terciário, por Classe de Renda, na Cidade de Rio Grande, em 1876

CLASSES DE RENDA	ELEITORES DO SETOR TERCIÁRIO		COMÉRCIO DE MERCADORIAS		SERVIÇO PÚBLICO	
	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %
200\$000 ← 600\$000	90	12,96	7	3,66	15	10,41
600\$000 ← 1:000\$000	159	22,91	20	10,47	47	32,63
1:000\$000 ← 1:400\$000	145	20,89	51	26,70	28	19,44
1:400\$000 ← 1:800\$000	38	5,47	14	7,32	9	6,25
1:800\$000 ← 2:200\$000	128	18,44	43	22,51	26	18,05
2:200\$000 ← 2:600\$000	7	1,00	2	1,04	2	1,38
2:600\$000 ← 3:000\$000	1	0,14	-	-	-	-
3:000\$000 ← 3:400\$000	39	5,61	14	7,32	5	3,47
[3:400\$000; 20:000\$000]	87	12,53	40	20,94	12	8,33
TOTAL	694	99,95	191	99,96	144	99,96

meiro compreendendo o comércio de mercadorias e o outro, o serviço público. Ambos totalizam 48,27 % do setor, cabendo, porém, a primazia ao comércio de mercadorias. A superioridade de renda dos que viviam ligados ao comércio de mercadorias é flagrante. Com exceção das duas primeiras classes, os seus componentes preponderam nas demais e 1/5 deles localizam-se no último extrato (Tabela 6).

Capitalistas e proprietários, obviamente, são os de maior renda e 45 % deles têm rendimento mínimo superior a 11 vezes o básico exigido para ser qualificado eleitor (Tabela 7).

Tabela 7

Distribuição dos Eleitores Proprietários e Capitalistas, por Classe de Renda, na Cidade de Rio Grande em 1876

CLASSES DE RENDA	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %
200\$000 ← 600\$000	4	4,04
600\$000 ← 1:000\$000	4	4,04
1:000\$000 ← 1:400\$000	18	18,18
1:400\$000 ← 1:800\$000	3	3,03
1:800\$000 ← 2:200\$000	25	25,25
2:200\$000 ← 2:600\$000	5	5,05
2:600\$000 ← 3:000\$000	12	12,12
3:000\$000 ← 3:400\$000	28	28,28
[3:400\$000; 20:000\$000]	-	-
TOTAL	99	99,99

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE RENDA - Dizem Chorley e Haggett (15) que: "Las estructuras de uso del suelo son el resultado de múltiples decisiones individuales de localización" e, adiante, acrescentam: "Cada actividad posee una cierta habilidad para derivar utilidad de cada uno de los terrenos de una zona urbana la utilidad de un terreno se mide por la renta que la actividad está dispuesta a pagar por el uso del terreno. Cuanto mayor sea la utilidad que se pueda derivar, mayor será la renta que la actividad estará dispuesta a pagar. Como resultado de la ocupación de los terrenos por los usos "mejor y más fuerte", se produce una estructura ordenada de usos de suelo en la que las rentas se maximizan para la totalidad del sistema y las localizaciones de las distintas actividades son las óptimas".

Estas afirmações encontram amparo em modelos urbanos criados por outros autores (16) e repetidos na obra em referência e em outras como o "Tratado de Geografia Urbana" de Beaujeu-Garnier e G. Chabot (1963), Donald Pierson - "Estudios de Ecología Humana", Jean-Bernard Racine - "Le modèle urbain américain", em *Annales de Géographie* (LXXX<sup>e</sup> Année), F. Javier Valero Calvete - "Transportes Urbanos" (1970).

Os mencionados modelos, no entanto, foram elaborados a partir de cidades cuja complexidade de funções caracterizadoras do espaço urbano não podem ser generalizadas. O "concêntrico" baseou-se, em grande parte, no estudo (17) que seu autor, em 1925, fez na "região de Chicago". Esta cidade, naquele ano, já era a segunda do país e sua população deveria ser de cerca de 3 milhões de habitantes (os censos de 1920 e 1930 registraram, respectivamente, ..... 2.700.000 e 3.370.000 pessoas). Não é de se crer que uma cidade, desse porte, inspirasse um modelo universal quando a maior parte dos centros urbanos mundiais não tem 150.000 habitantes. Não custa, também, considerar que Chicago surgiu em 1830 e, em 1870, já alcançava 300.000 habitantes, população que a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, fundada na 2ª metade do século XVI, não possuía então. É óbvio que o modelo de crescimento que a antiga Capital brasileira apresentou deve ter sido bem diferente do modelo de Chicago.

Creemos que, a partir de um certo tamanho, as cidades possam aproximar-se dos modelos citados, mas provavelmente, isto se verifica, com certa frequência, apenas nos Estados Unidos. Nas cidades européias, a evolução não corresponde à estadunidense (18), segundo Calvete.

---

15 CHORLEY, Richard e HAGGETT, Peter - La Geografía y los modelos sócio-económicos, Instituto de Estudios de Administración Local. Madrid, 1971. pp. 259/60.

16 BURGESS, Ernest W. - Modelo de crescimento concêntrico. HOYT, Homer - Teoria dos setores radiais. HARRIS e ULLMAN - Teoria dos núcleos múltiplos.

17 CHORLEY, Richard e HAGGETT, Peter - Op. cit. nota 15 pp. 259/60.

18 CALVETE, Javier V. - Transportes Urbanos. Dossat S/A, Madrid, 1970. p. 38.

Para as cidades pequenas, que não apresentam diferenciação interna semelhante às grandes, parece-nos haver necessidade, ainda, de formular e testar modelos (19). No caso em foco, partimos da premissa que, independentemente de outros fatores, a ocupação dos espaços urbanos acha-se presa aos recursos que os seus moradores possam, queiram e, mais raramente, são obrigados a dispender. Também consideramos que, na cidade pequena, de relevo pouco movimentado, as diferenças de acessibilidade entre os seus vários pontos têm importância limitada. Finalmente, o conhecimento de rendimentos pessoais dos habitantes deve possibilitar, quando cartografados, a determinação de espaços urbanos diferenciados. Pela nossa hipótese, os rendimentos mais elevados correspondem ao coração da cidade.

O livro de eleitores dando a renda dos que ali foram registrados e suas profissões satisfazem a asserção referida. No entanto, o uso desses dados, em virtude da falta de localização exata do domicílio, como já referimos, levou-nos a adotar uma solução que permite ter dados comparáveis. Assim, obteve-se um "índice de concentração espacial" formado pela média aritmética das rendas correspondentes às vias formadoras de cada quarteirão. Os índices, foram classificados em intervalos de classe e cartografados (20).

A figura nº 1 retrata os resultados da técnica empregada. Mostra que os valores mais elevados se concentram em um espaço que inclui a atual Rua General Bacelar e termina na linha d'água. A leste, a Almirante Barroso lindando os pântanos e, em sentido contrário, grosseiramente, a 24 de Maio fecham a área. Ali, predominam índices superiores a 100, distinguindo-se as classes de 150/200 a 100/150. O que resta de uma paisagem que se modificou no correr do tempo, confirma o dito. São os velhos sobrados da antiga "Boa Vista", em processo de deterioração, ou um ou outro prédio da Velha "Pedro II", testemunhos de uma grandeza que vicissitudes políticas e econômicas fizeram desaparecer. Na Rua dos Príncipes, entre meados da década de 40 e início da seguinte, a picareta eliminou o que ainda restava, um sobrado de azulejos e um prédio com mirante.

A classe referente ao índice 75/100 corresponde a uma área longitudinal à primeira. É formada pelos quarteirões que têm em comum as Ruas Benjamim Constant e Zaloni. A partir deste eixo, tanto para leste como para o ocidente há um decréscimo de rendas. Entre a Praça Tamandarê, Moron, Aquidaban e General Câmara, os índices dão a esta superfície um caráter de certa homogeneidade que também encontra correspondência no bloco formado pelas Ruas Almirante Barroso, Praça 7 de Setembro, Silva Pais, 20 de Fevereiro. O restante da área urbana caracteriza-se pelos índices mais baixos e deve, certamente, apresentar uma diferenciação de rendimento que a generalização não está mostrando. Cabe salientar que, em virtude da me-

---

19 Existe uma tese de mestrado de Célia Ferraz de Souza, "Análise Comparativa de estrutura urbana nas cidades gaúchas", que as classifica segundo os modelos citados na nota 16.

20 Consideramos as Ruas Silva Pais, Conde de Porto Alegre e General Câmara, estendendo-se para além da Praça Tamandarê. Estas ruas só mudaram de nome a oeste da Praça, em meados da década de 30.

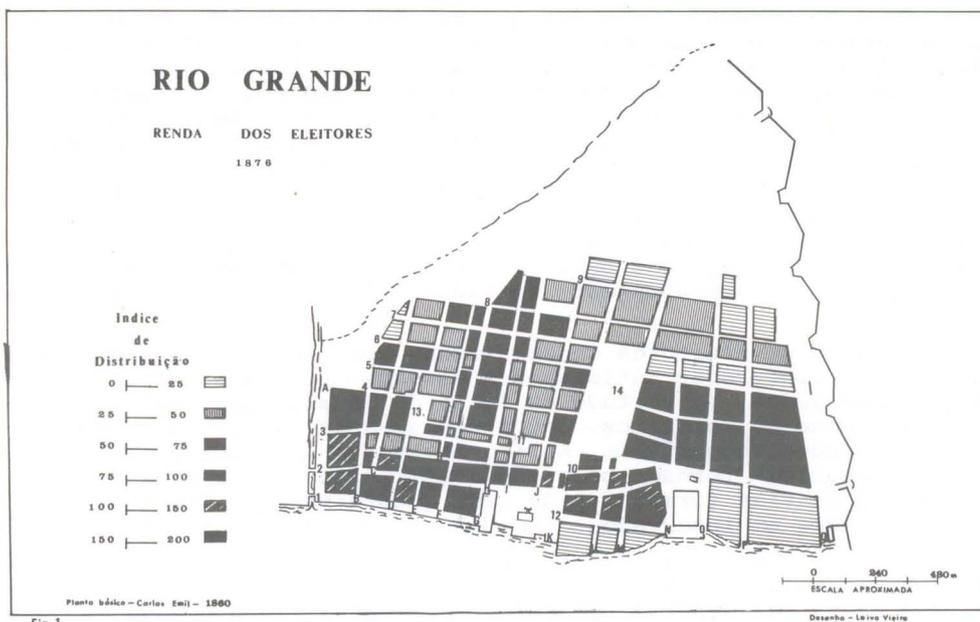


Fig. 1

todologia adotada, não são expressivos os índices das Ruas General Osório e Aquidaban porque os fundos das mesmas correspondiam à Francisco Campelo e à parte da própria General Osório que, ainda, não haviam sido aterradas.

A distribuição espacial da renda indica que, no século passado, as maiores rendas concentravam-se nas primeiras ruas paralelas ao porto e num eixo norte-sul, formado pelas Ruas Benjamim Constant e Zaloni. As rendas decresciam, principalmente, para a periferia sul.

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES** - A apreciação da maneira como se distribuíam as atividades dos eleitores implicou, inicialmente, em reuni-los pelos seus respectivos setores. Consideramos também, em virtude do vulto de suas rendas, os proprietários<sup>(21)</sup>. O terciário, em razão da importância comercial da cidade, foi dividido em comércio de mercadorias e serviços. A dificuldade de localização observada quando da distribuição da renda foi resolvi-

<sup>21</sup> Os proprietários seriam os indivíduos que viviam de rendas.

da de forma semelhante, isto é, pelo cálculo de índices de repartição espacial dos indivíduos de cada setor. A adoção de intervalos de classes diferentes não permitiu a comparação dos índices entre si. Os índices apenas indicam o grau de concentração espacial dos grupos a que se referem. Com os índices obtidos, organizamos 4 cartogramas. O setor primário, pela sua inexpressividade, deixou de ser cartografado.

A figura nº 2 mostra como se dispunham, pelas ruas, os eleitores que exerciam atividades comerciais. Da Rua General Bacelar para o litoral, encontramos os índices que variam de 10 a 20, sendo que, os superiores a 15, predominam nos quarteirões Bacelar-Marechal Floriano. Para além desta superfície, distinguimos uma área situada entre a Praça Tamandaré e a Coronel Sampaio e terminada, grosseiramente, na Barão de Cotegipe, onde os índices são inferiores a 5 e, outra semelhante, entre a Praça e as Trincheiras, limitada, porém, pela General Câmara. Ao sul delas, escasseiam os ligados à atividade comercial.

Proprietários e capitalistas, como observamos na figura nº 3, apresentam a maior concentração entre Bacelar e Marechal Floriano, mas, no conjunto, os índices significativos estendem-se por duas faixas: a primeira, entre o porto e a General Bacelar e, a outra, englobando os espaços limitados pelas Ruas Zaloni e Benjamim Constant. No restante do espaço urbano a distribuição de proprietários era pouco significativa.

Os serviços, pela própria variedade de profissões que encerram, ocupavam uma superfície maior do que as até agora vistas com índices expressivos. A figura nº 4 ressalta uma área compreendida entre as Ruas General Netto e Praça 7 de Setembro, limitada ao sul pela Barão de Cotegipe e, após, alargando-se, ao norte, nas ruas Marechal Floriano e Bacelar, onde os índices eram mais elevados, findando na Riachuelo. No restante da área urbana, os índices correspondentes aos serviços eram baixos.

Os componentes do secundário, ao contrário do que observamos até agora, apresentavam os índices mais elevados na porção sul da cidade. Os superiores a 6 eram encontrados na porção oriental da General Câmara e nos quarteirões formados pelas Ruas General Vitorino e Barão de Cotegipe. Havia moradores ocupados no secundário, em toda a cidade, mas a sua predominância era na porção oriental. (Figura nº 5).

O exposto mostra que, há 100 anos atrás, as duas principais artérias, pela variedade e concentração de atividades, eram a Marechal Floriano e a General Bacelar e que a porção oriental da cidade era a de maior concentração populacional.

O CONTINGENTE EXTRA-URBANO - Os distritos de Carreiros, Mangueira e Ilha dos Marinheiros eram rurais por excelência. Nos dois primeiros, em 56 fazendas, criavam-se de 14 a 15 mil cabeças de gado (250 a 265 cabeças por fazenda), segundo informa o Mapa de Estatística Geográfica da Freguesia para 1868 (22). Na mesma fonte

---

22 Vide nota 7

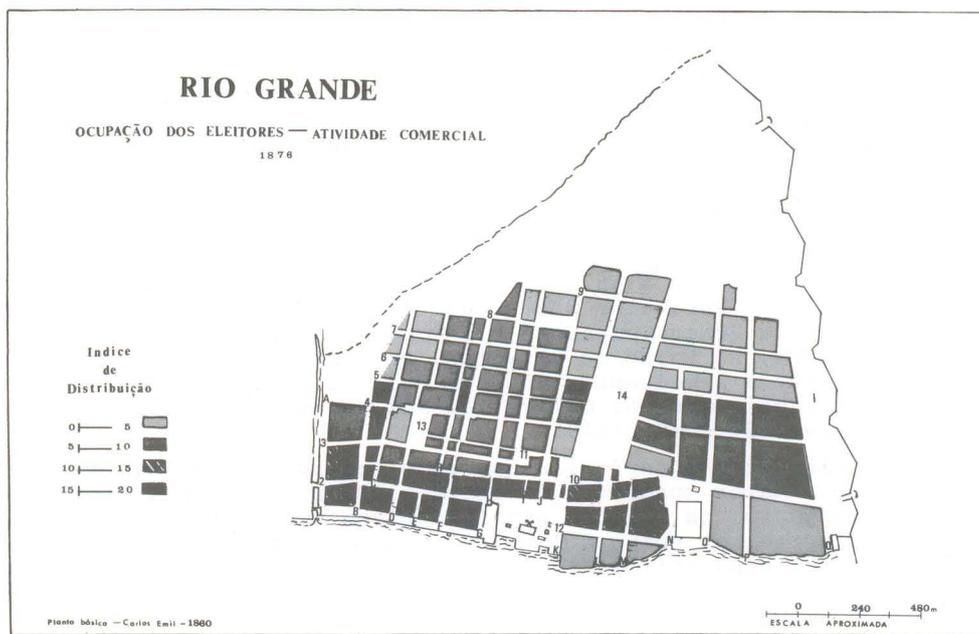


Fig. 2

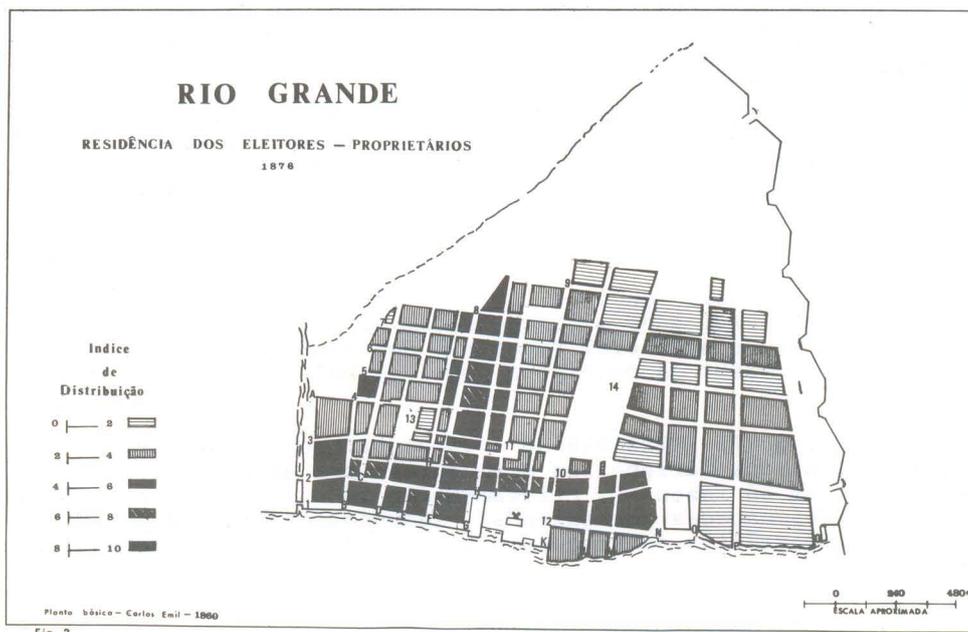


Fig. 3

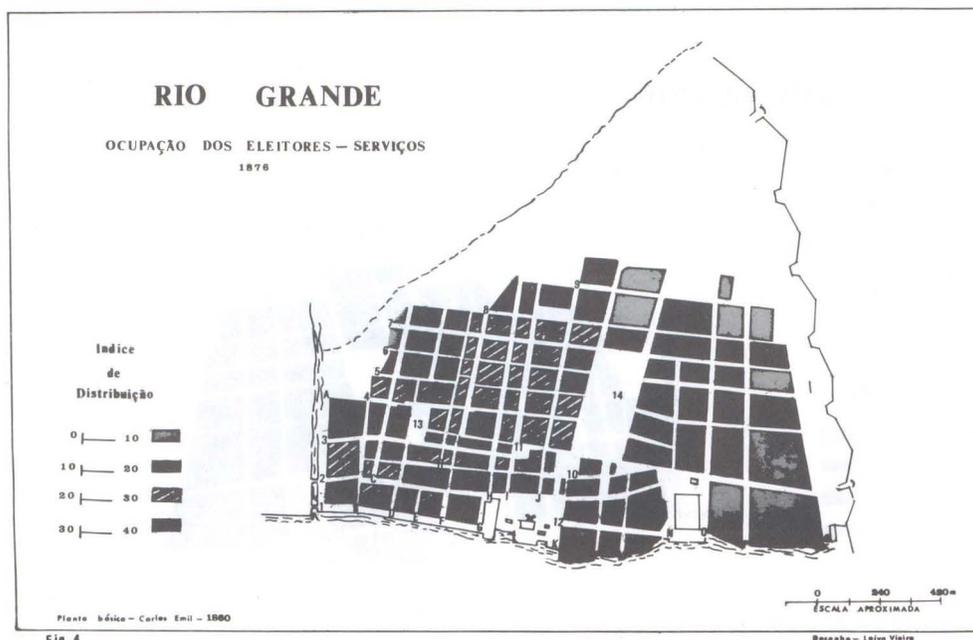


Fig. 4

constatamos possuir a Ilha dos Marinheiros 65 chácaras e, ainda, ser a produção agrícola paroquial pobre.

A renda auferida pelos mais afortunados moradores da interlândia de São Pedro do Rio Grande refletiam uma economia contrastante com a da ativa cidade mercantil. A agropecuária expressava tanto carência técnica como edáfica, malgrado o chavão que vara o tempo e que se aplica a qualquer porção do espaço brasileiro - solo ubérrimo. A extração animal, de outra parte, não atingia o nível que alcançou posteriormente.

Os 123 indivíduos qualificados em domicílio rural, correspondiam a 11,27 % dos fregueses e os sessenta e sete contos e duzentos e quarenta mil réis, a que montava o total dos seus rendimentos, perfazia somente 3,83 % da renda dos eleitores.

O maior contingente eleitoral residia na Mangueira (Tabela 8) onde também se localizava 54,28 % da renda. À Ilha, com o segundo efetivo, correspondia 18,14 % e, finalmente, Carreiros compreendia 27,57 % do rendimento extra-urbano.

Entre os eleitores, os lavradores formavam o principal grupo numérico, com 63 pessoas, seguindo-se os criadores e campeiros, com

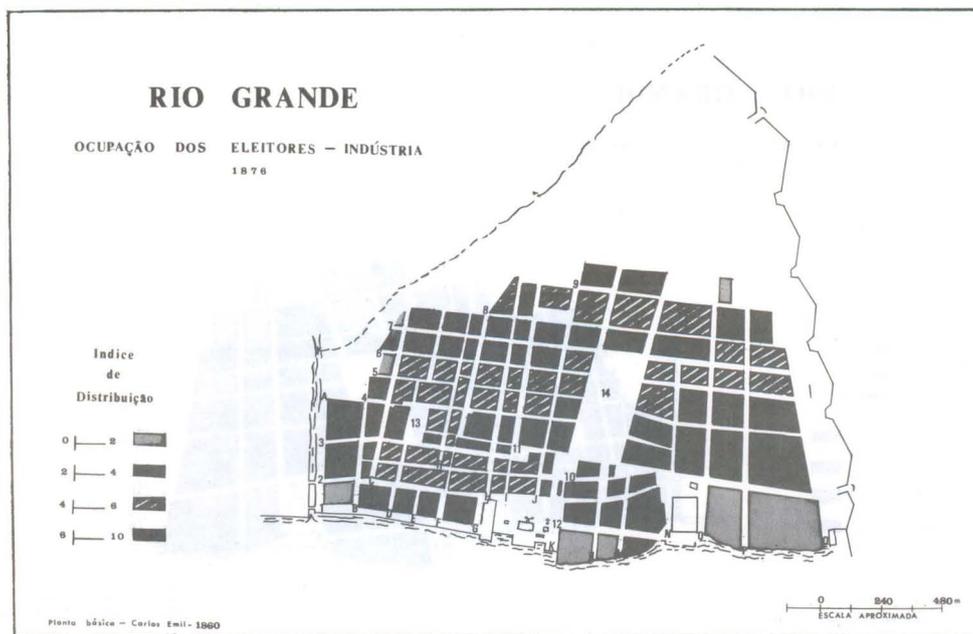


Fig. 5

26 pessoas (Tabela 8). Os pescadores, em número inferior aos eleitores de mesma atividade sediados na cidade, constituíam a terceira parcela.

Portanto, as rendas eram baixas e mal distribuídas. Quase 3/4 dos cidadãos (71,92 %) percebiam, anualmente, entre o mínimo para ser eleitor e 600\$000. Somente um deles tinha renda superior a 3:200\$000 (Tabela 9). A Mangueira destacava-se em renda e em número de agricultores e criadores (Tabela 8). A Ilha dos Marinheiros dispunha da primazia em pescadores (Tabela 8). A produção agrícola insular, importante no abastecimento citadino, não dava ao pequeno produtor a condição primeira para eleger.

É de se ressaltar, ao contrário do que comumente se verifica hoje, que os indivíduos mais ricos e dedicados a agropecuária residiam em suas propriedades rurais e não na cidade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** - Na Paróquia de São Pedro do Rio Grande, no sétimo decênio do século findo, era má a distribuição de renda. Isto não seria novidade em uma sociedade escravocrata como a imperial. O exame das rendas dos privilegiados de então - os eleitores, mostra este fenômeno.

Tabela 8

DISTRIBUIÇÃO DOS ELEITORES DA ÁREA RURAL SEGUNDO A PROFISSÃO,  
RIO GRANDE, 1876

PROFISSÃO	MANGUEIRA		ILHA DOS MARINHEIROS		CARREIROS		TOTAL
	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	
Agenciador	1	1,29	-	-	1	4,76	2
Comerciante	-	-	1	4,00	1	4,76	2
Criador/Campeiro	17	22,07	-	-	9	42,85	26
Carpinteiro	-	-	1	4,00	-	-	1
Lavrador	53	68,83	1	4,00	9	42,85	63
Marítimo	3	3,89	2	8,00	-	-	5
Professor	-	-	1	4,00	-	-	1
Proprietário	-	-	5	20,00	1	4,76	6
Pescador	3	3,89	14	56,00	-	-	17
TOTAL	77	99,97	25	100,00	21	99,98	123

Tabela 9

DISTRIBUIÇÃO DOS ELEITORES DA ÁREA RURAL SEGUNDO A RENDA, RIO GRANDE, 1876

CLASSES DE RENDA	MANGUEIRA		CARREIROS		ILHA DOS MARINHEIROS		TOTAL
	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	FREQUÊNCIA	PROPORÇÃO %	
200\$000 — 600\$000	60	77,92	12	57,14	18	72,00	90
600\$000 — 1:000\$000	6	7,79	4	19,04	3	12,00	13
1:000\$000 — 1:400\$000	9	11,68	-	-	4	16,00	13
1:400\$000 — 1:800\$000	-	-	-	-	-	-	-
1:800\$000 — 2:400\$000	1	1,29	4	19,04	-	-	5
2:400\$000 — 2:800\$000	-	-	-	-	-	-	-
2:800\$000 — 3:200\$000	-	-	-	-	-	-	-
[3:200\$000; 20:000\$000	1	1,29	1	4,76	-	-	2
TOTAL	77	99,97	21	99,98	25	100,00	123

A comparação entre a população eleitoral de domicílio urbano e rural revela superioridade da receita da primeira e, ainda, a inexistência de absentismo. Agricultores e criadores eram raros na população citadina votante, mas dominantes na área rural.

Na população urbana, o predomínio do setor terciário era absoluto; a cidade industrial moderna apenas começava.

Distribuídas espacialmente, as rendas diferenciavam, no conjunto citadino, duas áreas. O centro era a primeira, no espaço compreendido entre a frente do forte que originou a cidade, e as terras obtidas com o auxílio das estacadas sobre a água; a segunda constituiu-se longitudinalmente ao centro, entre a Benjamim Constant e a Zaloni.

Profissionalmente, a distribuição dos eleitores não revelou zoneamento urbano. As diversas atividades distribuíam-se por toda a cidade. No entanto é possível distinguir uma área de maior concentração para o terciário no "core urbano" enquanto que artesãos e industriários residiam principalmente na porção sul da cidade.

No conjunto urbano, a área citadina mais importante correspondia à superfície entre a Macega e a Praça Tamandaré.

A N E X O

RELAÇÃO DAS RUAS REPRESENTADAS NOS CARTOGRAMAS (\*)

I - Ruas de direção leste-oeste

1. Riachuelo
2. Marechal Floriano
3. República do Líbano
4. Silva Paes
5. Conde de Porto Alegre
6. Gen. Câmara
7. Gen. Vitorino
8. Dr. Nascimento
9. Barão de Cotegipe
10. Gen. Bacelar
11. Cav. Luiz Lorea
12. Gen. Osório

II - Praças

13. Praça 7 de Setembro
14. Praça Tamandaré

III - Ruas de direção norte-sul

- A. Barroso
- B. Coronel Sampaio
- C. Francisco Marques
- D. Andrade Neves
- E. Travessa do Afonso
- F. Benjamim Constant
- G. Ewbank
- H. Zaloni
- I. Andradas
- J. Duque de Caxias
- K. Gen. Netto
- L. Conselheiro Pinto Lima
- M. 24 de Maio
- N. Visconde de Paranaguá
- O. Gen. Canabarro
- P. Gen. Portinho
- Q. Moron
- R. Napoleão Laureano

---

\* As denominações das ruas são modernas (1973). Vide nota 20

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANUARIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL, publicado por Graciano A. de Azambuja, Gundlach Cia. Livreiros, Porto Alegre, 1886.
- CALVETE, Javier V. - Transportes Urbanos. Dossat S/A, Madrid, 1970.
- CHORLEY, R. e HAGGETT, P. - La Geografía y los Modelos Socio-económicos Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 1971.
- COPSTEIN, Raphael - O Primeiro Plano de Urbanização da Vila do Rio Grande. Caderno de Sábado, Correio do Povo. Porto Alegre, 29 de janeiro de 1972.
- FALA COM QUE O EXMO. SR. DR. JOÃO PEDRO CARVALHO DE MORAES, PRESIDENTE DA PROVÍNCIA ABRIU A 1ª SESSÃO DA 15ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Tipografia do Constitucional. Porto Alegre, 1873.
- LANGE, Oskar - Introdução à Econometria. Editora Fundo de Cultura, 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1967.
- LAYTANO, Dante - A Cidade e o Comércio. Separata dos Anais da Faculdade Católica de Filosofia. Livraria Continente. Porto Alegre, 1948.
- ROSSETI, José Paschoal - Introdução à Economia. Editora Atlas, 2ª ed. São Paulo, 1970.
- SOUZA, Célia Ferraz de - Análise Comparativa da Estrutura Urbana nas Cidades Gaúchas. Mimeografado.
- STATISTICA GEOGRAPHICA E CIVIL DA FREGUESIA DA CIDADE DE RIO GRANDE COMPREENDENDO OS DOUS DISTRICTOS DA MANGUEIRA, CARREIROS E ILHA DOS MARINHEIROS, 1868.